
EDITORIAL

<http://dx.doi.org/10.18224/educ.v21i1.7262>



Neste número da *Educativa* as sessões Artigos Temáticos, Temas em Debate e Ponto de Vista trazem à baila questões e problemas do campo educacional que insistem em permanecer desafiadores. O conjunto de artigos é um convite ao leitor para debruçar-se de forma mais aprofundada e interpretar as origens e permanência destes problemas. Pesquisadores do Brasil, Portugal, México, Canadá, apresentam resultados de pesquisa tratando de temas que perpassam as possibilidades da educação e da escola como lugar privilegiado do conhecimento, do pensamento e da ação tendo em vista a sociedade de nosso tempo. Os autores buscam descortinar a compreensão de processos que repercutem na educação e no cotidiano educacional como liberdade, tecnologia, violência, judicialização, gênero, relação professor aluno, formação de professores, entre outros.

Na sessão Artigos Temáticos, o leitor encontra um conjunto de nove artigos em que predominam estudos sobre o, e a partir do pensamento de Hannah Arendt, atraindo a compreensão para além dos limites do cotidiano social e para os modos de resistência e superação de problemas sociais e educacionais. Neste conjunto temático, o pensamento como alternativa, a ação social como criatividade, a educação como exercício da liberdade, aparecem com papel e responsabilidade da escola para com o futuro das gerações humanas.

O conjunto de textos reunidos em Artigos Temáticos deste Volume da *Educativa* resgata o pensamento de Hannah Arendt para apontar suas significativas contribuições à reflexão sobre Educação.

No primeiro artigo, “Educação, ser, ou não ser, eis a questão: o Caleidoscópio na/da vida de Arendt”, Emmanuel Maria Carlos Borrego Sabino põe questões sobre o papel da escola hoje e qual o sentido ne-

cessário a esse papel. Destaca nesse sentido o estímulo ao pensamento e a constituição da escola como um palco de transição do ser humano a um novo ser humano, por meio do pensamento, do sentimento, da ação de compartilhar o mundo comum.

No artigo “Tecnologia e educação: sobre *homo faber* e o animal laborans nas reflexões sobre a crise na educação de Hannah Arendt”, Maria de Fátima Simões Francisco e Wanderley José Deina nos instigam a pensar sobre a relação entre a tecnologia na sociedade moderna e sua influência nas concepções de educação e nos processos educacionais e pedagógicos. Os autores vão buscar em Hannah Arendt a crítica à educação moderna e ao determinismo da tecnologia na condição humana. A partir desta crítica, visam explorar as relações entre o desenvolvimento da tecnologia e a centralidade do trabalho na formação dos estudantes, apontando a desvalorização do conhecimento geral em função do conhecimento restrito ao trabalho pragmático e funcional na sociedade contemporânea.

O artigo assinado por Kamila Gusatti Dias e Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida intitula-se “A Memória para Walter Benjamin e Hannah Arendt: algumas reflexões”. As autoras vão ao pensamento de Walter Benjamin e de Hannah Arendt para explorar o problema da perda das narrativas e do esfacelamento da tradição como formas de aprendizagem e continuidade da experiência humana social. Na incursão e diálogo com as ideias arendtianas acerca de memória e tradição e da concepção benjaminiana de memória, as autoras buscam possíveis respostas à pergunta “Por que a tamanha ênfase no novo nos faz deixar de ver o passado como um campo de possibilidades?”.

Em “Hannah Arendt e Eric Weil: a Crise na Educação como Problema do Nosso Tempo”, Judikael Castelo Branco e Lara França da Rocha buscam defender a tese de que, ao contrário do que se poderia pensar, a educação é um tema tratado tanto por Hannah Arendt como por Eric Weil. Ao discutirem a educação como problema do nosso tempo, tendo antes tratado da crise da educação, os autores questionam se essa crise hoje não teria se agudizado. A partir dessa questão, discutem os elementos que se encontram na origem da crise da educação na contemporaneidade e os desafios para a tarefa de pensar a educação como atividade indispensável para a construção e manutenção do mundo que se deseja preservar.

No artigo seguinte, “Escuela, Política y Narrativa”, Andrea Olmos Roa parte da consideração de que, embora não tenha se dedicado

centralmente ao estudo da educação, Hannah Arendt ofereceu contribuições importantes sobre a educação e seu papel, bem como o papel da escola na construção do pensamento e da compreensão narrativa. Olmos destaca em Hannah Arendt os conceitos crise da educação e política totalitária, para discutir as formas de visão do mundo política e a relação entre mundo público e mundo privado, alertando para perigos como a massificação do pensamento e da atuação por meio de ideologias e discursos persuasivos sem profundidade analítica. A autora, então, trilha o caminho de uma reflexão sobre o abandono da subjetividade no mundo atual e sua relação com a educação, destacando a narrativa e a experiência no processo formativo e educacional cujo fim é oferecer aos estudantes ferramentas para que pensem e atuem com autonomia.

Geovanna Arrais Lopes, José Maria Baldino, em “Um Estudo Sobre A Banalidade do Mal: para Pensar a Educação”, como sugere o título, partem da premissa de que a educação deve combater a banalização do mal. Os autores discutem o conceito de banalidade do mal na obra de Hannah Arendt, para mostrar que a educação também pode ser transformada em um mecanismo massificador e de adestramento para a passividade humana mediante regras autoritárias. Em seguida, destacam argumentos arendtianos que contribuem para a compreensão do papel da educação na formação ética e emancipatória do ser humano. A essa educação, segundo os autores, cabe auxiliar no desenvolvimento de uma maioria intelectual, o que inclui a capacidade de transgressão de tudo que possa estar a serviço do fortalecimento da banalidade do mal. Essa educação, necessariamente, baseia-se em valores morais e possibilita pensar a vida social mediante a necessidade de enfrentar o egoísmo e a crueldade.

Mauro Sérgio Santos da Silva e Márcio Danelon são os autores do artigo “História, Política e Educação em Hannah Arendt”. Para abordar o tema eles partem da premissa de que a crítica de Arendt às modernas filosofias da história protege a dignidade da política e da razão de ser da ação educativa. Com essa premissa, defendem que o retorno a elementos da ideia grega de história possibilita iluminar os tempos sombrios da política e da educação na contemporaneidade. Para tal, os autores buscam no pensamento de Hannah Arendt elementos constitutivos de conceitos história, relação entre história e narrativa, crítica à ideia de processo histórico, conceito de história da “humanidade”, conceitos de ação, liberdade e milagre da educação.

“Contribuições de Hannah Arendt para a Reflexão sobre Violências na Escola”, tem autoria conjunta de Michelle Popenga Geraim Monteiro, Tatiane Delurdes de Lima, Araci Asinelli-Luz, focalizando a violência como um problema generalizado na sociedade contemporânea. As autoras expressam o entendimento de que se trata de um fenômeno com diversas raízes culturais e históricas e que não se admite sua aceitação como parte da condição humana na sociedade. Entretanto, a violência está presente no cotidiano da escola, seja na forma verbal ou na forma física, de forma visível ou não, o que sobreleva a importância da discussão e enfrentamento deste problema. As autoras concluem advogando contra banalização das violências e a favor da cultura da paz no interior da escola.

A Sessão Artigos Temáticos tem no último texto a apresentação da pesquisa desenvolvida por Daniele Lopes Oliveira em “O Processo de Judicialização Escolar no Estado de Goiás: o esvaziamento da autoridade do professor”. Partindo da premissa de que o processo de judicialização produz efeitos na escola e na atuação do professor, a autora realizou uma pesquisa fundamentada em Hanna Arendt com o objetivo de mostrar como se apresentam estes efeitos. Para tanto recorreu à análise de fontes documentais e à coleta de dados por meio de questionários junto professores da rede estadual de Educação do Estado de Goiás. Como conclusão, aponta a judicialização como transferência para outros atores, como os juízes e os tribunais, do poder de decisão sobre o é próprio da escola e seus atores, com o consequente enfraquecimento do sistema representativo e democrático desta instituição. Segundo a autora, embora o aumento da violência venha impactando fortemente a escola, a judicialização não resolve se apresenta como solução, uma vez que retira a voz dos professores, transfere para juízes e tribunais o poder de decisão que originalmente é da escola e de seus representantes, e enfraquece o sistema representativo e democrático.

Prosseguindo, o leitor encontra na Sessão Temas em Debate dois artigos que trazem à discussão questões que, embora historicamente recorrentes no debate do campo educacional e da sociedade — a feminização do magistério e formação de professores —, estão longe de serem superadas. “A formação de Professores no Plano Nacional de Educação 2014-2024”, quem tem como autores Lucas Gabriel Franco Gomez e Lilian Maria Paes de Carvalho Ramos. Com a premissa de que na política educacional brasileira, historicamente, o planejamento

ocorreu com grandes impasses e reviravoltas, os autores consideram que os Planos Nacionais de Educação constituem-se como iniciativa expressiva de resposta às demandas educacionais em todos os níveis e modalidades. Em uma análise que utiliza fontes bibliográficas e documentais, os autores focalizam os limites e possibilidades e desafios da Lei nº 13.005/14 (PNE 2014-2024). Após a contextualização da criação da Lei 13.005 de 2014, o texto analisa o Plano Nacional de Educação 2014-2024 com destaque para as metas de formação e valorização dos professores. Os autores concluem que, embora tenham sido alcançados avanços na área da formação de professores, muitas reivindicações da sociedade civil e dos trabalhadores da educação não foram atendidas devido a descontinuidades entre governos, escolhas políticas, fiscalização incipiente do cumprimento da legislação por gestores públicos, ações que ignoram ou suprimem a participação popular.

A questão da feminização do magistério é o foco da pesquisa divulgada no artigo “‘De agora em diante vai terminar os professores homens!’ Controversas representações de gestores escolares sobre a docência masculina”, por Josiane Peres Gonçalves e Pâmela Karoline Soares. Fundamentando-se na Teoria das Representações Sociais, as autoras realizaram pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo em escolas de ensino fundamental de cidades do estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de explorar as representações sociais de gestores em relação ao trabalho de professores homens. Nas conclusões as autoras mostram que, embora predomine no magistério do ensino fundamental a feminização, há uma representação positiva do trabalho pedagógico de professores homens. Mostram, ainda, que a distinção da atuação profissional dos professores ocorre pela qualidade do seu trabalho e não pela distinção de sexo ou gênero.

Por fim, em Ponto de Vista, o leitor encontra “Relação entre professores, alunos e conhecimento na escola: alguns apontamentos”. O artigo trata da questão das finalidades da educação escolar e o lugar do conhecimento na formação dos alunos. Para tal, a autora Marieta Gouvêa de Oliveira Penna problematiza a relação triádica professores alunos e conhecimento escolar na educação básica. Para tanto adota a perspectiva sociológica e recorre a temas como forma de socialização escolar, cultura escolar, relações entre cultura prática pedagógica e ensino na escola. A análise permite à autora concluir que na escola está sedimentada uma cultura de disciplinarização e moralização das crianças, especialmente aquelas das camadas populares e que a centralidade da

escola não está nos conteúdos culturais das diversas áreas de conhecimento, mas no ensino de valores morais aos alunos.

Raquel A. Marra da Madeira Freitas
Editora